

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 1999

Certificate of Approval

Awarded to

FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RUA MARECHAL DEODORO, 630, 24º ANDAR, CENTRO, 80.010-912 - CURITIBA/PR



Certificado de Aprovação

Conferido a

FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL
RUA MARECHAL DEODORO, 630, 24º ANDAR, CENTRO, 80.010-912 - CURITIBA/PR

O BVQI do Brasil Sociedade Certificadora Ltda certifica que o Sistema de Gerenciamento da Qualidade do Fornecedor acima foi avaliado e encontrado em conformidade com os requisitos das normas da qualidade e escopo de fornecimento detalhado abaixo

NORMAS DA QUALIDADE
NBR ISO 9002:1994

ESCOPO DE FORNECIMENTO

DE APLICAÇÕES E INTERMEDIARIAS FINANCEIRAS

hat the
plier
nce

ISS



FIBRA
FUNDAÇÃO ITAIPU-BR
PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL



Há tempo para semear, e tempo para colher.

1999

foi um ano de colheita para a Fibra. Depois de dois anos de ampla reestruturação voltada para a obtenção de mais qualidade e transparência em seus processos, os resultados começaram a se tornar visíveis. Seguindo orientação da Administração da ITAIPU Binacional, patrocinadora instituidora da Fundação, as sementes da transformação da Fibra começaram a ser lançadas em 1997, com a reorganização administrativa e a redução de 30% no quadro de pessoal, a nova estrutura do núcleo de investimentos, a criação do Comitê de Investimentos e a aprovação da Política de Investimentos.

As mudanças tiveram novo impulso em agosto de 1998, com a implantação do Programa da Qualidade. Os módulos do programa "5S" - utilização, ordenação, limpeza, saúde e autodisciplina - produziram ganhos significativos para a organização e infra-estrutura da Fibra. Com as melhorias organizacionais obtidas, potencializadas pelos investimentos em sistemas e equipamentos atualizados de informática, a Fundação pôde garantir mais agilidade e confiabilidade nos sistemas de informação que dão suporte aos procedimentos e permitir aos usuários o acesso às informações de seu interesse através de páginas na Intranet e na Internet. Em 1999, esse esforço de mudanças e melhoria contínua foi coroado com a obtenção do certificado ISO 9002 para o *processo de aplicação e investimentos* da Fundação. Com efeito, a conquista desse certificado não foi fruto do acaso, mas a consequência de um trabalho sério e planejado de uma equipe integralmente comprometida com a missão de administrar os recursos financeiros com grande zelo e total transparência, de modo a proteger o patrimônio de todos os participantes.

Esse mesmo zelo no trato das questões relacionadas com a Fundação é compartilhado pelos colaboradores da Fibra, pelos integrantes de seus órgãos colegiados - Diretoria Executiva, Comitê de Investimentos, Conselho Fiscal e Conselho de Curadores - e pela Administração da ITAIPU. Todos contribuíram de forma decisiva para os bons resultados da Fundação, traduzidos, em 1999, em expressivo Superávit Técnico.

Esses resultados auspiciosos, porém, não permitem acomodações, pois os desafios ainda são grandes - embora não maiores do que a disposição para enfrentá-los. Temos, no entanto, o direito de comemorar os avanços obtidos na caminhada.

Não queremos comemorar sozinhos. Queremos dividir com vocês, participantes da Fibra, e com todos os que colaboraram para a implantação do Programa da Qualidade, a satisfação de sermos o primeiro fundo de pensão do Paraná - e um dos primeiros do País, num universo de aproximadamente 360 - a alcançar a certificação ISO 9002 em um de seus processos.

O saldo entre Receitas e Despesas do Programa Previdencial pelo regime de competência foi o seguinte:

Descrição	1999 R\$ MIL	1998 R\$ MIL	Varição
Receitas do Programa Previdencial	17.931	19.404	- 7,59%
(-) Despesas Pagos. Mensais (Benefício continuado)	(17.157)	(14.704)	+ 16,68%
(=) Subtotal (receitas menos despesas continuadas)	774	4.700	- 83,54%
(-) Despesas com Benefício Único	(827)	(2.089)	- 60,41%
(=) Saldo do Exercício	(53)	2.611	- 102,03%

É importante destacar que esse saldo indica apenas que a Fibra alcançou sua maturidade econômico-financeira, não representando qualquer risco ao Plano de Benefícios, conforme pode ser observado no seu Superávit Técnico e no parecer do atuário externo.

EVOLUÇÃO DA RESERVA TÉCNICA (ATIVO LÍQUIDO)

O Ativo Líquido da Fibra, que é a parcela líquida do patrimônio reservada especificamente para a cobertura dos compromissos com benefícios concedidos e a conceder, teve um acréscimo de R\$ 95,7 milhões no exercício, correspondente a um aumento de 33,15% sobre o exercício anterior, cuja composição é a seguinte:

Descrição	Valor (R\$ Mil)
Ativo Líquido em dezembro / 1998	288.750
(-) Saldo entre Receitas e Despesas Previdenciais	(53)
(-) Formação de Contingências	(10)
(+) Rendimento Líquido dos Investimentos, já deduzidas as Provisões e Constituição de Fundos	95.771
(=) Ativo Líquido em dezembro / 1999	384.458

INVESTIMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO

CENÁRIO

O ano de 1999 começou com uma grande crise, decorrente da mudança do regime cambial, que provocou forte desvalorização da moeda brasileira. Apesar das projeções pessimistas do início do ano, o Brasil chegou ao final do exercício em condições gerais positivas: a) a inflação medida pelos índices de preços ao consumidor não fugiu ao controle, ficando em torno de 9% no ano; b) o Produto Interno Bruto conseguiu ainda um pequeno crescimento, da ordem de 0,8%, contra as estimativas iniciais de uma retração de até 4%; c) a credibilidade do País no exterior foi parcialmente recuperada pelo cumprimento dos compromissos assumidos pelo Governo com o Fundo Monetário Internacional. Apenas a balança comercial ficou devendo um melhor desempenho, pois os principais produtos de exportação brasileiros foram prejudicados pela queda expressiva dos preços internacionais.

O excepcional fluxo estrangeiro de investimento direto garantiu o financiamento do déficit nas contas externas, refletindo-se em contínua melhoria nas expectativas em relação aos fundamentos da economia brasileira.

COMPORTEAMENTO DA RENDA FIXA

A liberação do câmbio permitiu ao Governo modificar sua política de juros, pois não havia mais necessidade de juros altos para conter a saída de dólares do País. Após uma queda rápida até maio, a taxa de juros teve comportamento de redução gradativa, estreitando cada vez mais os ganhos em renda fixa, principalmente nas aplicações mais conservadoras.

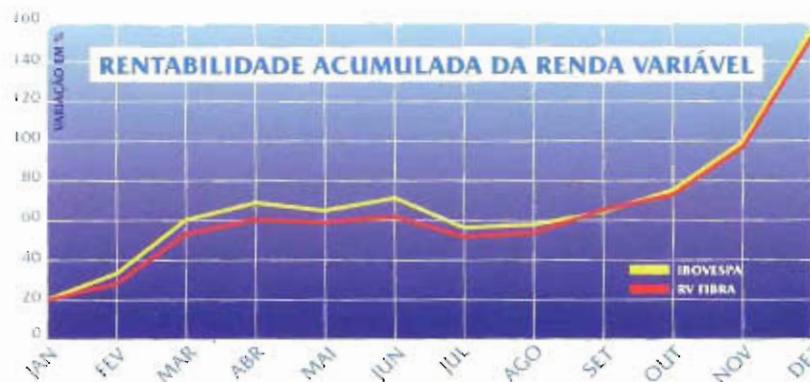
A rentabilidade dos Investimentos da Fibra em Renda Fixa no exercício ficou em 25,83%, o que corresponde a 102,62% da taxa do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Essa rentabilidade ficou reduzida para 23,58% devido à baixa da parcela dos títulos de emissão do Estado de Alagoas, vencidos em junho/99, e não pagos.



COMPORTEAMENTO DA RENDA VARIÁVEL

Em 1999, o mercado de ações apresentou forte recuperação, voltando aos níveis de 1997, antes da crise da Ásia e da Rússia. Nos primeiros quatro meses do ano, este mercado já apresentava uma alta de 67,31%. Após um período de oscilações, o mercado voltou a subir fortemente. Somente nos dois últimos meses do ano, a alta foi de 46,08%, principalmente porque o mercado acreditava que os investidores estrangeiros trariam volume expressivo de capital ao Brasil no início do ano 2000, diante do cenário favorável do País e após ultrapassado o risco do chamado "bug do ano 2000".

Esses fatores produziram alta volatilidade na Bolsa de Valores de São Paulo, que encerrou o ano com valorização nominal de 151,93%.



IMÓVEIS

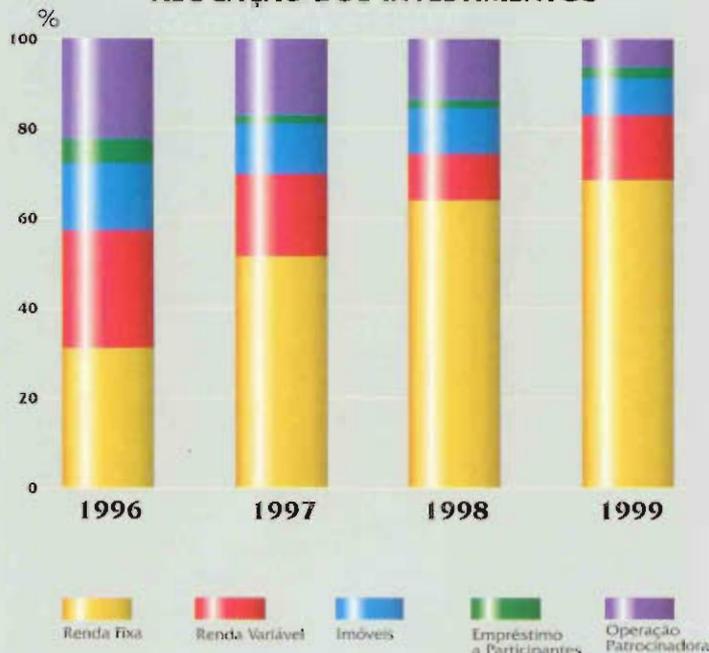
A Fibra procedeu - através de peritos independentes - à reavaliação de seus imóveis, em cumprimento à legislação que determina essa providência a cada 3 anos. O resultado dessa reavaliação, somado aos valores de aluguéis vencidos, elevou a rentabilidade da carteira de imóveis para 12,19% no exercício.

ESTRATÉGIA DE INVESTIMENTOS

A Fibra manteve em 1999 sua estratégia conservadora de investimentos, direcionando os recursos recebidos para aplicações de renda fixa. Nos primeiros meses do ano, quando a bolsa de valores atingia alta próxima de 70%, os recursos de um dos fundos exclusivos de renda variável foram transferidos para renda fixa. No ano, constituíram-se fundos exclusivos de renda fixa, objetivando, além de flexibilidade e simplificação do processo, o ganho financeiro proveniente da isenção da CPMF que esse tipo de aplicação proporciona.

O gráfico abaixo mostra a evolução da alocação dos recursos ao longo dos últimos anos.

ALOCAÇÃO DOS INVESTIMENTOS



RENTABILIDADE DA FIBRA NO EXERCÍCIO

A rentabilidade da Fibra, apurada segundo diferentes métodos e critérios, ficou entre 36,14% e 32,35%, variando conforme o método utilizado (Taxa Interna de Retorno sobre o Patrimônio Líquido ou Quotas sobre a Carteira de Investimentos), periodicidade dos fluxos de recursos (mensal ou diária), e os critérios de provisão (com ou sem provisão para Imposto de Renda, e com ou sem provisão para os títulos estaduais de Alagoas LFT-AL - vencidos em junho/99 e não recebidos).

Utilizando o método de Taxa Interna de Retorno sobre o Patrimônio Líquido, com fluxo mensal de receitas e despesas, com provisão para Imposto de Renda e com provisão para a baixa de LFT-AL, a rentabilidade da Fibra no exercício foi de 33,17%.

A comparação das rentabilidades obtidas pela Fibra em cada segmento com os parâmetros de mercado pode ser observada no quadro abaixo:

Segmentos	Rentabilidade obtida pela Fibra	Parâmetros de Mercado	
Geral	33,17%	RMA(*)	12,07%
Renda Fixa	(1) 25,83%	CDI	25,17%
	(2) 23,58%	Poupança	12,25%
Renda Variável	146,54%	IBX	153,96%
		IBOVESPA	151,93%
		IBA	123,50%
Imóveis	12,19%	-	-
Operações com Patrocinadora	16,99%	-	-
Empréstimos a Participantes	19,87%	-	-

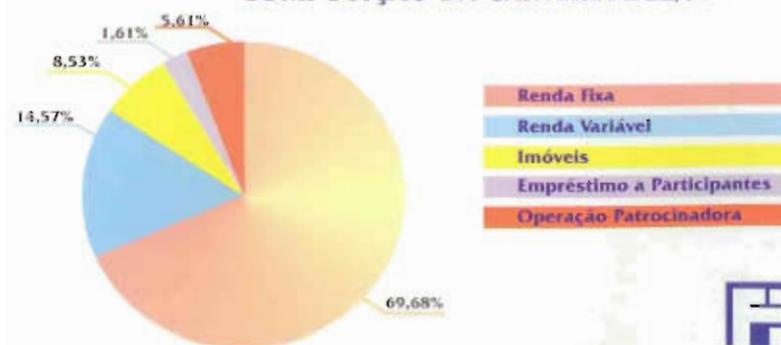
* RMA - Rentabilidade Mínima Atuarial (1) sem provisão LFT-AL (2) com provisão LFT-AL

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

A carteira de investimentos da Fibra, em dezembro de 1999, tem a seguinte composição:

Segmentos	1999 R\$ Mil	1998 R\$ Mil	Variação
Investimentos de Renda Fixa	297.430	206.160	+ 44,27%
Títulos Federais	9.908	29.989	- 66,96%
Títulos Estaduais	20.777	21.819	- 4,78%
CDB / RDB	13.988	20.837	- 32,87%
Fundos de Renda Fixa	252.757	133.515	+ 89,31%
Investimentos de Renda Variável	62.184	32.634	+ 90,55%
Empréstimos a Participantes	6.860	6.991	- 1,88%
Investimentos Imobiliários	36.435	34.653	5,14%
Operação com a Patrocinadora	23.937	36.782	- 34,93%
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	426.846	317.220	+ 34,56%

COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DEZ/99





PONTOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

PROGRAMA DA QUALIDADE

O Programa da Qualidade consolidou-se na Fibra em 1999. A aplicação dos conceitos do "5S" introduziu avanços na organização dos processos e na infraestrutura da fundação, racionalizando o uso dos recursos disponíveis. Após a mudança do "layout", foram padronizadas as etiquetas de armários, prateleiras e arquivos, e a documentação foi ordenada de forma a facilitar seu controle e acesso. Atenções especiais com a limpeza no local de trabalho, com a saúde e o relacionamento interpessoal dos colaboradores também contribuíram para a melhoria do ambiente de trabalho. No final do ano, a Diretoria da Fibra promoveu a premiação, mediante troféus nas categorias ouro, prata e bronze, para as equipes que se destacaram nas avaliações realizadas durante o ano. As equipes de Investimentos, Foz do Iguaçu e Administrativa, respectivamente, foram as premiadas. A aplicação desse programa proporcionou, como um de seus subprodutos, a alienação de cerca de uma tonelada de papel e de diversos móveis e equipamentos inservíveis.

ISO 9002

A Fibra, ao obter o certificado ISO 9002 para seu processo de investimentos e aplicações financeiras, demonstra o compromisso sério de sua equipe e de sua administração com a obtenção de padrões elevados de qualidade, confiabilidade e transparência em seus processos. O certificado emitido pela BVQI do Brasil - escritório no Brasil da empresa Bureau Veritas Quality International, com sede em Londres - vem coroar esse projeto. Os estudos para sua implantação iniciaram-se em agosto de 1998 e, após o diagnóstico inicial, demandaram a elaboração do Manual da Qualidade, dos Procedimentos Operacionais e Gerenciais relacionados ao processo, além da revisão da Política de Investimentos e dos Critérios de Investimentos, para adequá-los aos requisitos da norma ISO 9002. A obtenção do certificado foi precedida da realização de diversas auditorias internas e externas, realizadas pela consultoria que nos apoiou na implantação do projeto - a Fundação de Desenvolvimento Gerencial (FDG) - e pela própria BVQI do Brasil. O certificado ISO 9002 emitido foi acreditado, no Brasil, pelo Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) e, na Inglaterra, pelo National Accreditation of Certification Bodies. Os ótimos resultados obtidos até o momento com esse projeto nos incentivam a expandi-lo no próximo exercício, para as demais áreas da Fibra, Segurança e Financeira.

INFORMÁTICA

Na área de informática, o ano foi marcado pela implantação da *home page* da Fibra na Intranet, disponível aos participantes ativos, e na Internet, disponível também aos beneficiários. Informações sobre benefícios, investimentos, dados financeiros, atuariais e normativos, podem ser facilmente encontradas, agilizando-se o acesso a elas pelos participantes. Também podemos destacar o excelente trabalho desenvolvido pela equipe encarregada de evitar que o chamado "bug do ano 2000" causasse algum tipo de transtorno ao funcionamento da fundação. Além da substituição de equipamentos obsoletos e atualização de *software*, esse trabalho envolveu a elaboração de um Plano de Continuidade e a contratação de pareceres de auditores externos, em atendimento a Instruções da Secretaria de Previdência Complementar. A recuperação de documentos normativos da Fibra, por meio da digitalização de Resoluções do Conselho de Curadores e da Diretoria Executiva, também representou um importante avanço, permitindo o rápido acesso ao histórico de decisões dos órgãos colegiados.

REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

Em atendimento ao disposto na Resolução nº 2.324, de 30 de outubro de 1996, do Conselho Monetário Nacional, e da Portaria MPAS nº 4.858, de 26 de novembro de 1998, a Fibra procedeu à reavaliação de todos os imóveis componentes dos investimentos imobiliários realizada por peritos independentes. Os critérios e procedimentos utilizados na reavaliação foram os mesmos utilizados nas avaliações anteriores.

O resultado dessa reavaliação, apurado mediante o confronto dos valores contábeis com os constantes no laudo de reavaliação, propiciou uma receita de R\$ 2,0 milhões, que foi incorporada aos saldos dos investimentos imobiliários. O resultado colaborou para que a rentabilidade de imóveis do exercício fosse de 12,19%, superando a rentabilidade mínima atuarial de 12,07%.

TREINAMENTO

Além do treinamento específico dos colaboradores voltado para as diversas áreas de atividade, a Fibra promoveu, como complemento do Programa da Qualidade, a formação de 6 auditores internos. A fundação também manteve sua política de incentivo à participação em cursos de pós-graduação em Finanças do IBMEC e em Tecnologia da Informação, mediante ressarcimento parcial.

IMPOSTO DE RENDA

No processo movido para contestar a incidência de imposto de renda na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras, a Fibra obteve julgamento favorável, conforme sentença exarada pelo Exmo. Sr. Juiz da 3ª vara da Justiça Federal de Curitiba em 21 de fevereiro de 1992. Atualmente, o processo encontra-se no Supremo Tribunal Federal, aguardando julgamento final. A Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada ajuizou ação contra a Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, que alterou a legislação tributária, tendo conseguido liminar para suspender a exigibilidade do imposto, o que beneficia todas as suas associadas, inclusive a Fibra.

Por não possuir decisão judicial de última instância, mensalmente a Fibra constitui e atualiza provisão para imposto de renda. No exercício de 1999, a Fibra contratou uma consultoria tributária especializada para revisar os valores constantes da provisão. Com base nessa revisão, o valor provisionado para imposto de renda, em 31 de dezembro de 1999, foi de R\$ 46,4 milhões, sendo R\$ 43,0 milhões registrados no exigível contingencial e R\$ 3,4 milhões em provisões retificadoras de ativos.

LETRAS DO TESOURO DO ESTADO DE ALAGOAS

Em junho de 1999, venceu novo lote de títulos de emissão de Alagoas, que, por não ter sido pago pelo emissor, gerou a correspondente provisão contábil para perda, no valor de R\$ 4,688 milhões. O saldo total das provisões para os títulos de Alagoas, vencidos e não pagos em 31 de dezembro de 1999, é de R\$ 10,4 milhões, incluídos nesse valor os títulos vencidos em 1997 e a correspondente atualização. O processo judicial contra o emissor para o recebimento dos títulos vencidos e não recebidos está em andamento, sendo acompanhado por conceituado escritório de advocacia em Brasília.

QUITAÇÃO DE DÉBITO DOS ASSISTIDOS

Desde a revisão de alguns benefícios promovida pela Fibra em 1997, resultante da correta aplicação das Leis 8.213/91 e 8.870/94, vinham sendo analisadas alternativas para quitação do débito referente aos valores recebidos a maior pelos assistidos no período de abril/91 a novembro/97, visando reduzir, tanto quanto possível, o impacto sobre eles. Com base em proposta do atuário externo, foram concebidas 3 alternativas de quitação. O elevado nível de adesão - 83% - foi, acima de tudo, uma demonstração do elevado grau de conscientização do grupo de assistidos com relação a essa questão.

BALANÇO PATRIMONIAL

R\$ MIL

ATIVO	1999	1998	PASSIVO	1999	1998
DISPONÍVEL	6	2	OPERACIONAL	404	417
REALIZÁVEL	429.871	319.834	Programa Previdencial	160	217
Programa Previdencial	3.020	2.597	Programa Administrativo	240	200
Programa Administrativo	5	17	Programa de Investimentos	4	0
Programa de Investimentos	426.846	317.220	CONTINGENCIAL	43.055	29.149
Renda Fixa	297.430	206.160	Programa de Investimentos	43.055	29.149
Renda Variável	62.184	32.634	RESERVAS TÉCNICAS	384.458	288.750
Investimentos Imobiliários	36.435	34.653	RESERVAS MATEMÁTICAS	298.281	257.573
Operações com Participantes	6.860	6.991	Benefícios Concedidos	180.993	162.619
Operações de Empréstimos a Patrocinadora(s)	23.937	36.782	Benefícios a Conceder	146.301	122.160
PERMANENTE	261	246	Reservas a Amortizar (-)	(29.013)	(27.206)
Imobilizado	215	209	RESULTADO ACUMULADO	86.177	31.177
Diferido	46	37	SUPERÁVIT TÉCNICO	86.177	31.177
			Reserva de Contingência	74.570	31.177
			Reserva para Ajuste do Plano	11.607	0
			FUNDOS	2.221	1.766
			Programa Administrativo	1.819	1.266
			Programa de Investimentos	402	500
TOTAL DO ATIVO	430.138	320.082	TOTAL DO PASSIVO	430.138	320.082

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DISCRIMINAÇÃO	1999	1998	DISCRIMINAÇÃO	1999	1998
PROGRAMA PREVIDENCIAL			PROGRAMA DE INVESTIMENTOS		
(+) Receitas	21.024	22.514	(+) RENDA FIXA	42.408	36.847
(-) Despesas	(17.984)	(16.793)	(+) Receitas	58.903	46.097
(-) Custeio Administrativo	(3.093)	(3.110)	(-) Despesas	(16.495)	(9.250)
(+) Resultado dos Investimentos Previdenciais	95.771	25.818	(+/-) RENDA VARIÁVEL	41.125	(18.065)
(=) Saldo Disponível para Constituições	95.718	28.429	(+) Receitas	41.129	0
(-) Formação de Reservas Matemáticas	(40.708)	(29.631)	(-) Despesas	(4)	(18.065)
(-) Formação de Contingências	(10)	0	(+) INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	4.109	2.139
(=) Resultado do Exercício	55.000	(1.202)	(+) Receitas	4.431	2.379
(-/+ Superávit / Déficit Técnico	(55.000)	1.202	(-) Despesas	(322)	(240)
PROGRAMA ADMINISTRATIVO			(+) OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	960	1.355
(+) Recursos oriundos de Outros Programas	3.093	3.110	(+) Receitas	1.208	1.359
(+) Receitas	1	824	(-) Despesas	(248)	(4)
(-) Despesas	(2.958)	(2.938)	(+) OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS COM PATROCINADORA(S)	4.507	7.459
(+) Resultados dos Investimentos Administrativos	410	22	(+) Receitas	5.040	7.459
(=) Saldo Disponível para Constituições	546	1.018	(-) Despesas	(533)	0
(-) Formação de Fundos	(553)	(1.018)	(-) RELACIONADAS COM O DISPONÍVEL	(340)	(383)
(+) Reversão de Contingências	7	0	(-) Despesas	(340)	(383)
			(-) RESULTADOS TRANSF. P/ OUTROS PROG.	(96.181)	(25.840)
			(=) SALDO DISPONÍVEL PARA CONSTITUIÇÕES	(3.412)	3.512
			(+/-) Reversão/Formação de Fundos	98	(117)
			(+/-) Reversão/Formação de Contingências	3.314	(3.395)

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO

DISCRIMINAÇÃO	1999	1998
(+) PROGRAMA PREVIDENCIAL	2.551	6.407
(+) Entradas	20.602	23.095
(-) Saídas	(18.051)	(16.688)
(-) PROGRAMA ADMINISTRATIVO	(2.914)	(2.077)
(+) Entradas	7	824
(-) Saídas	(2.921)	(2.901)
(-) PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	367	(4.341)
(-) Renda Fixa	(48.861)	(16.589)
(+/-) Renda Variável	11.575	(47)
(+) Investimentos Imobiliários	2.327	2.328
(+/-) Operações com Participantes	1.095	(439)
(+) Operações de Empréstimos com Patrocinadora(s)	17.352	19.672
(-) Relacionadas com o Disponível	(340)	(383)
(+/-) Contingências	17.219	(5.883)
(=) FLUXO NAS DISPONIBILIDADES	4	(11)
(=) VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES	4	(11)

NOTAS EXPLICATIVAS DA DIRETORIA ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Estas Notas Explicativas fazem parte do Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultados e Demonstrativos do Fluxo Financeiro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 1999 e 1998.

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - CARACTERÍSTICAS E FINALIDADES

A FIBRA - Fundação Itaipu- BR de Previdência e Assistência Social é uma Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, por prazo indeterminado, autorizada a funcionar pela Portaria n.º 4.367, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Previdência e Assistência Social, com autonomia administrativa e financeira, instituída pela ITAIPU Binacional, entidade jurídica de direito internacional.

De conformidade com o artigo 14 do Código Tributário Nacional (CTN), a Fundação não distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de sua renda, a título de lucro ou participação no resultado, aplica no país a totalidade dos seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar a sua exatidão.

Na forma de suas disposições estatutárias e regulamentares, a Fundação tem as seguintes finalidades principais, em termos de benefícios:

- a) Complementar os benefícios previdenciários a que têm direito os participantes e respectivos dependentes, nos termos do Regulamento e do seu Plano de Benefícios e de Custeio.
- b) Proporcionar aos seus participantes assistência financeira em geral, nos termos do regulamento específico, cujos retornos cubram a rentabilidade mínima atuarial estabelecida para o Plano de Benefícios e desde que preservada a finalidade não lucrativa da Fundação.

2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis emanadas de legislação societária e em conformidade com as diretrizes contábeis estabelecidas pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, para as Entidades Fechadas de Previdência Privada. As práticas e procedimentos adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 1999 estão de acordo com as normas estabelecidas por intermédio da Portaria MPAS n.º 4.858, de 26 de novembro de 1998 e retificações. Para fins de comparação, houve a necessidade de adequação das demonstrações do exercício de 1998 para as novas determinações estabelecidas naquela portaria. O resumo dessa adequação está detalhado na Nota 10.

Consoante determinação da Secretaria de Previdência Complementar, por intermédio da Portaria SPC n.º 252, de 20 de novembro de 1996, e Ofício n.º 07/CGAA/SPC de 08 de julho de 1996, as Demonstrações Contábeis não são corrigidas monetariamente.

3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação para elaboração das Demonstrações Contábeis foram as seguintes:

a) Receitas e Despesas

Às receitas e despesas são registradas pelo regime de competência.

b) Ativo Realizável - Programa de Investimentos

Renda Fixa

São registrados os investimentos cujos rendimentos já estão definidos, pré-fixados ou pós-fixados, os quais são demonstrados ao custo acrescido dos rendimentos auferidos mensalmente até a data do balanço, líquidos da respectiva provisão para Imposto de Renda na Fonte, cujo fato gerador de exigibilidade ainda não ocorreu, e da provisão para redução ao seu valor de realização, quando aplicável. Os deságios são corrigidos e apropriados mensalmente à receita *pro rata die*, pelo prazo decorrido entre as datas de aquisição e de vencimento dos títulos.

Renda Variável

As operações em fundos de renda variável são registradas ao custo das aquisições, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, líquido do respectivo Imposto de Renda Retido na Fonte.

Investimentos Imobiliários

Estão demonstrados ao custo de aquisição ou construção, acrescido de reavaliação a cada três anos, como determina a Resolução nº 2.324, de 30 de outubro de 1996 e a Portaria MPAS n.º 4.858, de 26 de novembro de 1998.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente dos imóveis.

Operações com Participantes

Registra as operações de empréstimos concedidos a participantes (ativos e assistidos). Seu saldo reflete a posição da carteira na data do balanço, atualizado pela TR - Taxa Referencial de Juros e acrescido de juros de 1% ao mês.

Operações de Empréstimo com a Patrocinadora

Estão atualizadas até a data do balanço, conforme cláusulas contratuais.

c) Ativo Permanente

Imobilizado

Representa os bens necessários ao funcionamento da entidade. Tais bens são registrados ao custo de aquisição, depreciados pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: computadores e periféricos 20%; veículos 20%; móveis e utensílios 10%; e máquinas e equipamentos 10%.

Diferido

No diferido foram registrados os gastos com **softwares**, que são amortizados à taxa de 20% a.a.

d) Exigível Contingencial

Registra as provisões de Imposto de Renda - IRRF e Imposto sobre Operações Financeiras-IOF, incidentes sobre operações financeiras que por decisão judicial estão com a exigibilidade suspensa.

e) Reservas Matemáticas

Conforme nota técnica atuarial, do atuário independente José Roberto Monteiro, as Reservas Matemáticas, representam o total dos compromissos da Fundação com seus participantes ativos ou assistidos e são divididas em três grupos: Benefícios Concedidos, Benefícios a Conceder, e Reservas a Amortizar.

4 - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

	R\$ MIL	
	1999	1998
RENDA FIXA	297.430	206.160
Títulos de Responsabilidade do Governo Federal	9.908	29.989
LFT	9.908	28.837
LTN	0	1.152
Títulos de Respons. dos Governos Estaduais	20.778	21.818
LFT Alagoas	31.153	25.963
(-) Provisão para perda LFT - Alagoas	(10.375)	(4.145)
Aplicações em Instituições Financeiras	266.744	154.353
CDB	13.988	20.837
Quotas de FIF	85.523	103.905
Quotas de FAQ	167.233	29.611
RENDA VARIÁVEL	62.184	32.634
Fundos de Investimentos - Renda Variável	62.184	32.634
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	36.435	34.653
Terrenos	11.259	11.058
Edificações para uso próprio	1.170	1.188
Edificações locadas à Patrocinadora ITAIPU Binacional	6.904	6.446
Edificações para renda	16.943	15.775
Aluguéis a Receber	159	186
OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	6.860	6.991
Empréstimos	6.860	6.991
OPERAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS À PATROCINADORA	23.937	36.782
ITAIPU Binacional	23.937	36.782
TOTAL DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	426.846	317.220

4.1 Títulos de responsabilidade dos Governos Estaduais - LFT Alagoas

No exercício de 1999, a Fundação contabilizou, a título de provisão para perda, o valor de R\$ 4.688, referente ao valor atualizado até 1º de junho de 1999, data do vencimento dos títulos estaduais de emissão do Estado de Alagoas, que não foram honrados.

Este valor foi contabilizado em conta de despesas do Programa de Investimentos em contrapartida da conta retificadora do respectivo ativo. A movimentação das provisões destes ativos em 31 de dezembro, foi a seguinte:

	R\$ MIL	
	1999	1998
Saldo inicial	4.145	3.190
Provisão constituída no exercício	4.688	-
Atualização das provisões com base na LFT	1.542	955
Saldo final	10.375	4.145

4.2 Investimentos imobiliários

A Fundação procedeu, em dezembro de 1999, a reavaliação de todos os imóveis componentes dos Investimentos Imobiliários, suportada por laudo de avaliação dos peritos independentes "EBRAPE - Empresa Brasileira de Avaliação de Patrimônio e Engenharia Ltda." Os valores consignados no laudo levaram em consideração os mesmos critérios adotados na dação em pagamento e reavaliações posteriores. O método avaliatório utilizado foi o "método comparativo de dados de mercado", fundamentado em ampla pesquisa de mercado, envolvendo, além de preços ofertados e/ou comercializados, as características e atributos que exerçam influência no valor.

O resultado desta reavaliação, em 31 de dezembro de 1999, está a seguir demonstrado:

Investimentos Imobiliários	R\$ MIL		
	Valor Líquido Contábil	Valor Reavaliado	Efeito da Reavaliação
- Terrenos	11.058	11.259	201
- Edific. p/ uso próprio	1.128	1.170	42
- Edificações locadas a Patrocinadora	6.382	6.904	522
- Edific. para renda	15.707	16.943	1.236
TOTAL	34.275	36.276	2.001

O efeito positivo apurado, de R\$ 2.001, foi incorporado aos saldos dos Investimentos Imobiliários, a crédito de receitas do Programa de Investimentos.

A depreciação acumulada, anterior à reavaliação, foi contabilizada mensalmente em conta retificadora de ativo, sendo sua contrapartida reconhecida no resultado do Programa de Investimentos. Por ocasião da contabilização da reavaliação estes valores foram compensados para apuração do resultado.

Os ativos reavaliados passarão, a partir de janeiro de 2000, a ser depreciados pela nova vida útil remanescente estimada no referido laudo de reavaliação, como segue:

Imóvel	Vida útil Remanesc.	Taxa a Depreciar Anual
Edificações		
Edifício Centro Comercial Itália - Curitiba - PR	32 anos	3,12%
Edifício Governador Pangot de Souza - Curitiba - PR	35 anos	2,85%
Gleba 27/A - Coordenação - Foz do Iguaçu - PR	25 anos	4,00%
Gleba 27/B - Ex-Cobal - Foz do Iguaçu - PR	25 anos	4,00%
Quadra 06 - Colégio - Foz do Iguaçu - PR	25 anos	4,00%
Quadra 30 - Itamon - Foz do Iguaçu - PR	40 anos	2,50%

4.3 Operações de Empréstimo com a Patrocinadora

Registra os débitos de contribuições da Patrocinadora ITAIPU Binacional e de acréscimos de reservas, com prazo previsto para amortização em 60 meses, tendo sido a 1ª parcela paga em 28/06/96. Sobre o saldo devedor oriundo de contribuições de 1993 e 1994, incide atualização monetária pela variação mensal da Taxa Referencial - TR acrescido dos encargos de 1% ao mês. Os demais débitos de anos anteriores foram atualizados pelas exigências atuariais de rentabilidade, como estipula o Plano de Benefícios.

5 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL - PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

A composição das provisões relativas a estes impostos, que visam proteger o patrimônio de eventuais sentenças desfavoráveis no julgamento da imunidade tributária da Fundação, bem como os efeitos produzidos no resultado da Fundação, em função da revisão por parte da consultoria tributária, em 31 de dezembro eram os seguintes:

	R\$ MIL		
	Saldo em 1999	Acréscimos de 1999	Saldo em 1998
Imposto de Renda na Fonte - IRRF	45.749	8.634	37.115
Renda Fixa	34.258	6.572	27.686
Renda Variável	10.701	1.272	9.429
Operações com Participantes	230	230	0
Operações de Empréstimos a Patrocinadora	560	560	0
Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF	676	560	116
Renda Fixa	676	560	116
Total das Provisões (Exigível + Retificadoras de Ativos)	46.425	9.194	37.231
Provisões Retificadoras de Ativos	(3.370)	4.712	(8.082)
Renda Fixa	(3.370)	4.712	(8.082)
Total do Exigível Contingencial	43.055	13.906	29.149

A Fundação apresenta a seguinte situação com relação a impostos:

5.1 Imposto de Renda na Fonte - IRRF

A Fundação requereu ação com vistas ao não pagamento do Imposto de Renda na Fonte, incidente sobre rendimentos de operações financeiras realizadas. O processo foi julgado favorável à Fundação, conforme sentença proferida pelo Exmo. Sr. Juiz da 3ª Vara da Justiça Federal de Curitiba - PR em 21/02/92. O processo encontra-se atualmente no Supremo Tribunal Federal - STF, aguardando julgamento final.

A Fundação integra a liminar da ABRAPP - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Privada, que ajuizou ação contra a Lei 9.532, de 10 de dezembro de 1997, suspendendo a exigibilidade do Imposto de Renda nos rendimentos de aplicações financeiras, a partir do exercício de 1998.

5.2 Imposto Sobre Operações Financeiras - IOF

A Fundação também requereu ação para suspensão do pagamento do IOF. Esta foi julgada procedente, em primeiro grau, mas houve recurso por parte da União junto ao Tribunal Regional Federal - TRF da 4ª Região. O TRF confirmou a sentença favorável e houve recurso extraordinário da Fazenda Nacional para o Supremo Tribunal Federal - STF, onde aguarda julgamento.

5.3 Procedimentos para Registros Contábeis das Provisões

Assim sendo, por não possuir, ainda, decisão judicial de última instância sobre imunidade tributária, a Fundação constitui e atualiza, mensalmente, provisão para Imposto de Renda sobre rendimentos de aplicações de renda fixa e sobre o ganho real obtido nos resgates das aplicações de renda variável.

Os registros contábeis destas provisões eram atualizadas mensalmente com base na Taxa Referencial de Juros - TR, acrescidas de encargos de 6% ao ano. No exercício de 1999, a Fundação contratou consultoria tributária especializada para revisar os valores constantes da provisão de imposto de renda e, com base no resultado obtido, entre outros, passou a adotar os seguintes procedimentos:

- 1) Foram adotados os critérios e alquotas vigentes à época dos eventos;
- 2) Passou-se a calcular Imposto de Renda para Operações com Participantes e com a Patrocinadora ITAIPU Binacional;
- 3) Os valores provisionados passaram a ser corrigidos pela taxa SELIC, limitada a 1%;
- 4) Foram revertidas às provisões anteriores ao exercício de 1994 em função da decadência tributária em 5 anos, conforme orientação de sua assessoria jurídica;
- 5) As provisões retificadoras foram realocadas do ativo para o exigível contingencial, em função da legislação de Imposto de Renda aplicável aos fundos de renda fixa.

6 - RESERVAS TÉCNICAS E FUNDOS

6.1 RESERVAS TÉCNICAS

A composição das Reservas Técnicas, em 31 de dezembro, e respectiva movimentação no exercício de 1999, era a seguinte:

	R\$ MIL			
Conta	Reservas Técnicas	1999	Constituições 1998 Líquidas	
2.3.1.0.00.00	Reservas Matemáticas	298.281	40.708	257.573
2.3.1.1.00.00	Benefícios Concedidos	180.993	18.374	162.619
2.3.1.1.01.00	Benefícios do Plano	180.993	18.374	162.619
2.3.1.2.00.00	Benefícios a Conceder	146.301	24.141	122.160
2.3.1.2.01.00	Benefícios do Plano com a Geração Atual	247.907	29.563	218.344
2.3.1.2.03.00	(-)Outras contribuições da geração atual	(101.606)	(5.422)	(96.184)
2.3.1.3.00.00	(-)Reservas a Amortizar	(29.013)	(1.807)	(27.206)
2.3.1.3.01.00	(-)Pelas contribuições especiais vigentes	(29.013)	(1.807)	(27.206)
2.3.2.0.00.00	Resultado Acumulado - Superávit Técnico	86.177	55.000	31.177
2.3.2.2.01.01	Reserva de Contingência	74.570	43.393	31.177
2.3.2.2.01.02	Reserva para Ajuste do Plano	11.607	11.607	-
Total de Reservas Técnicas		384.458	95.708	288.750

As Reservas Técnicas foram determinadas, de acordo com a nota técnica atuarial, do atuário independente José Roberto Montello e representam o valor atual do total das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e Reservas a Amortizar, calculadas com base no Plano de Benefícios, incluindo os resultados acumulados obtidos pela entidade, registrado na conta **Resultado Acumulado - Superávit Técnico**.

a) Benefícios Concedidos

Benefícios do Plano - Corresponde ao valor atual dos benefícios a serem pagos pela entidade aos participantes e beneficiários em gozo de benefício de prestação continuada, líquido das contribuições desses participantes e beneficiários.

b) Benefícios a Conceder

Benefícios do Plano com a geração atual - A entidade adota o Plano de Benefício Definido, de acordo com a nota técnica atuarial. Os benefícios do plano com a geração atual correspondem ao valor atual dos benefícios a serem concedidos aos integrantes da geração atual que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.

Outras contribuições da geração atual - Corresponde ao valor atual das contribuições futuras, com prazo de vigência indeterminado, a serem realizadas pelas Patrocinadoras e pelos integrantes da geração atual, que ainda não estejam em gozo de benefícios de prestação continuada.

c) Reservas a Amortizar

Pelas contribuições especiais vigentes - Correspondem à parcela de reserva a constituir relativa ao tempo de serviço anterior, e que está sendo integralizada por taxa suplementar sobre a Folha de Salários dos empregados da Patrocinadora a vigorar durante 480 meses a contar da data de constituição da Fundação, em abril de 1988 e amortizada pelo mesmo prazo.

6.2 FUNDOS

A constituição dos fundos do Programa Administrativo, no exercício, foi efetuada da seguinte forma:

a) Programa Administrativo	R\$ MIL	
	1999	1998
Fundo Administrativo Permanente	261	246
Saldo Inicial	246	248
Constituição Líquida no Exercício	15	(2)
Fundo Administrativo Financeiro	1.558	1.020
Saldo Anterior	1.020	0
Sobrecarga Administrativa do Exercício	3.094	3.110
Outras Receitas Administrativas	6	823
Despesas Administrativas do Exercício	(2.957)	(2.937)
Remuneração do Fundo	410	22
Valor utilizado na formação do Fundo		
Administrativo Financeiro	(15)	2
Saldo dos fundos do Programa Administrativo	1.819	1.266

Fundo Administrativo - Permanente - Compreende um fundo constituído pelos valores registrados no Ativo Permanente. Sua finalidade é segregar os recursos do Programa Administrativo dos recursos do Programa Previdencial, com o objetivo de retirá-lo do Ativo Líquido que garante as Reservas Matemáticas.

Fundo Administrativo - Financeiro - A contribuição para atender aos gastos administrativos da Fibra, segundo os procedimentos de execução financeira com relação às contribuições da Patrocinadora ITAIPU Binacional para a Fundação, é repassada pelo limite de 15% das contribuições e as eventuais sobras entre esse limite e o valor efetivamente realizado são mensalmente contabilizadas no Fundo Administrativo para custeio futuro.

b) Programa de Investimentos

Fundo do Programa de Investimentos - Constitui a reserva de garantia de empréstimos para fazer face à cobertura do saldo devedor dos empréstimos contraídos pelos participantes que vierem a falecer ou a ficar inválidos, bem como para quitar débitos previdenciários.

7 - DÉBITO DA PATROCINADORA NO CASO DE RETIRADA HIPOTÉTICA

De acordo com a nota técnica atuarial do atuário responsável, a Reserva Matemática em 31 de dezembro de 1999, considerando a retirada hipotética da Patrocinadora, calculada conforme a interpretação da Resolução CPC nº 06/88, alcançou o valor de R\$ 292.867, feita dentro do princípio de "Benefícios com direitos já acumulados", avaliada retirando a projeção de crescimento real de salário, considerando o "turnover" nulo e não considerando a averbação do tempo de serviços prestados pelos participantes fundadores à Patrocinadora ITAIPU Binacional, antes da entrada em funcionamento da Fundação, como tempo de contribuição. Se considerarmos a referida averbação, este valor seria de R\$ 307.514. Tanto num quanto noutro caso, os montantes são plenamente cobertos pelo Ativo Líquido em 31 de dezembro de 1999, de R\$ 384.458.

8 - TRANSFERÊNCIAS INTERPROGRAMAS

a) Custeio Administrativo

As Despesas Administrativas são contabilizadas no Programa Administrativo, sendo que o custo de cada programa é apurado através de centros de custos onde os custos das áreas comuns são rateados e adicionados aos específicos dos Programas Previdencial e de Investimentos.

A Fundação vem custeando integralmente as Despesas Administrativas dos Programas Previdencial e de Investimentos com a receita de Sobrecarga Administrativa prevista pelo atuário no Plano de Custeio Anual, cujo valor é limitado em 15% das receitas de contribuições e é paga integralmente pela Patrocinadora ITAIPU Binacional.

A importância gasta em Despesas Administrativas no exercício de 1999, representou, do total das receitas previdenciárias:

- 1) 14,06% - se considerarmos todas as Despesas Administrativas, dos Programas Previdencial e de Investimentos, custeadas pela Sobrecarga Administrativa (critério contabilizado);
- 2) 8,75% - se considerarmos o critério permitido pela legislação vigente de custear as Despesas de Administração do Programa de Investimentos com recursos do próprio Programa de Investimentos (critério utilizado pela Secretaria de Previdência Complementar para verificar o cumprimento do limite de 15%).

b) Resultado dos Investimentos

O resultado líquido gerado pelo Programa de Investimentos foi transferido para a Reserva Técnica Previdencial e para o Fundo Disponível do Programa Administrativo, cuja apropriação foi feita de forma proporcional, considerando-se os recursos de cada programa.

9 - ADEQUAÇÃO DOS SISTEMAS ELETRÔNICOS DE INFORMAÇÃO AO PROCESSAMENTO DE DATAS POSTERIORES AO ANO DE 1999

Em cumprimento ao disposto nas Instruções Normativas SPC nº 23 e nº 24, de 03 de agosto de 1999 e de 23 de novembro de 1999, respectivamente, que estabeleceram procedimentos a serem observados pelas Entidades Fechadas de Previdência Privada, para adequação dos sistemas eletrônicos de informação ao processamento de datas posteriores ao ano de 1999, a Fundação, tomou as seguintes providências:

- Divulgou, a todos os seus participantes, os esclarecimentos sobre os sistemas informatizados, detalhando todas as fases de cada processo, assim como as ações preventivas e de contingências.
- Elaborou o "Plano de Continuidade", cujo objetivo específico foi assegurar a continuação das operações vitais da Fundação diante de eventuais situações emergenciais que poderiam ocorrer na passagem para o ano 2000, relacionadas com a tecnologia da informação.
- Encaminhou à Secretaria de Previdência Complementar, o "Plano de Continuidade" e o Relatório dos Auditores Independentes específico sobre o tema.

10 - COMPARATIVOS DE EXERCÍCIOS

Para efeito de comparação, houve a necessidade de adequação das Demonstrações Contábeis de 1998, em função de alterações introduzidas na planificação contábil padrão das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

As alterações introduzidas, com reflexos nas demonstrações da Fundação foram as seguintes:

a) Balanço Patrimonial

1998	1999
Ativo - Programa de Investimentos Operações com Patrocinadoras	Ativo - Programa de Investimentos Passou a ser denominada "Operações de Empréstimos a Patrocinadoras"
Passivo - Exigível Operacional	Passivo - Operacional Passou a ser denominada "Operacional"
Passivo - Exigível Contingencial	Passivo - Contingencial Passou a ser denominada "Contingencial"

b) Demonstração de Resultados

1998	1999
Programa Previdencial e Administrativo A Formação/Reversão de Contingências eram contabilizadas e demonstradas diretamente em "Receitas" ou "Despesas"	Programa Previdencial e Administrativo Inclusão de conta específica para Formação/Reversão de Contingências
Programa de Investimentos Operações com Patrocinadoras	Programa de Investimentos Passou a ser denominada "Operações de Empréstimos com Patrocinadora(s)"
Contingências (+) Receitas (-) Despesas	Inclusão de conta específica para Formação/Reversão de Contingências

c) Demonstração do Fluxo Financeiro

1998	1999
Programa de Investimentos Operações com Patrocinadora(s)	Programa de Investimentos Passou a ser denominada "Operações de Empréstimos com Patrocinadora(s)"

Curitiba, 31 de dezembro de 1999

RUBENS GHILARDI
Dir. Superintendente

SILVIO RENATÓ RANGEL SILVEIRA
Diretor Adm. e Financeiro

HOMERO B. DE ANDRADE
Diretor de Seguridade

EVENILSON DE J. BALZER
Contador CRC 22608/PR

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores, Conselheiros, Participantes e Patrocinadora da FUNDAÇÃO ITAIPU - BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIBRA

(1) Examinamos o balanço patrimonial da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL - FIBRA (entidade fechada de previdência privada sem fins lucrativos), em 31 de dezembro de 1999, e as respectivas demonstrações do resultado e do fluxo financeiro para o ano findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.

(2) Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controle interno da Entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

(3) As reservas técnicas foram determinadas com base em cálculos atuariais efetuados por atuário externo. Nossa revisão, no que se relaciona a estas reservas, está fundamentada no parecer do referido atuário.

(4) Em nossa opinião, baseados em nosso exame e no parecer do atuário externo, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo (1) representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Itaipu-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA em 31 de dezembro de 1999, o resultado de suas operações e o seu fluxo financeiro referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com os princípios de contabilidade aplicáveis à entidades fechadas de previdência privada.

(5) As demonstrações contábeis referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 1998, apresentadas para fins comparativos, foram examinadas por outros auditores independentes, cujo parecer de auditoria emitido em 20 de janeiro de 1999, não conteve ressalvas.

Curitiba, 28 de janeiro de 2000.

ARTHUR ANDERSEN S/C - CRC.2SP-000123/S-PR

José Écio Pereira da Costa Júnior
Sócio-Diretor Responsável
Contador - CRC.SP - 101.318/T-0

PARECER ATUARIAL

1) A situação financeiro-atuarial da **FIBRA** em 31/12/99, adotando os mesmos parâmetros, hipóteses e metodologias atuariais utilizados na avaliação atuarial do exercício de 1998, exceto no que se refere à projeção de evolução real de salário ao longo da carreira, que teve os parâmetros do correspondente ajuste logarítmico recalculados considerando a distribuição do salário médio por idade do ano de 1999, apresenta-se equilibrada, refletindo um Superávit Técnico de R\$ 86.177.110,97, equivalente a 22,42% do Ativo Líquido existente de R\$ 384.457.811,97. A título de comparação, registramos que em 31/12/98 a **FIBRA** apresentava um Superávit Técnico de R\$ 31.176.790,96, equivalente a 10,80% do Ativo Líquido existente de R\$ 288.750.433,96.

2) A presente reavaliação atuarial não considerou os efeitos decorrentes da Lei 9.876 de 26/11/99, em razão do disposto no art. 67 e respectivo parágrafo único do Regulamento de Benefícios da **FIBRA**, que prevê a imediata revisão desse Regulamento em caso de modificação dessa natureza na legislação vigente, revisão esta que foi objeto do Parecer Atuarial constante do JM/2698/99 de 22/12/99, que deu origem à Resolução do Conselho de Curadores (RCC) nº 011/99 de 28/12/99.

3) A evolução da Reserva Matemática avaliada em 31/12/98 para a Reserva Matemática avaliada em 31/12/99, ficou bem próxima à que vinha sendo projetada por recorrência para 31/12/99, já que a Reserva Matemática recorrente foi projetada em R\$ 288.879.570,67 para 31/12/99, enquanto que a avaliada nessa data ficou em R\$ 298.280.701,00, sendo que, se a projeção de evolução real de salário ao longo da carreira fosse mantida com base no mesmo ajustamento logarítmico do exercício de 1998, o valor avaliado em 31/12/99 seria de R\$ 293.667.746,00, mais próximo ainda do projetado por recorrência para essa data.

4) Devemos destacar que a evolução por recorrência da Reserva Matemática de 31/12/98 para 31/12/99, foi feita através da seguinte fórmula:

$$RM_t^R = RM_{t-1}^R + \left[(1 + j_t) \cdot 1,06^{1/12} - 1 \right] \cdot RM_{t-1}^R + CN(\%) \cdot (F.S_t) - DP_t$$

t = 1 (Jan/99), 2 (Fev/99), 3 (Mar/99), 4 (Abr/99), 5 (Mai/99), 6 (Jun/99), 7 (Jul/99), 8 (Ago/99), 9 (Set/99), 10 (Out/99), 11 (Nov/99) e 12 (Dez/99)

sendo:

RM_t^R = Reserva Matemática Recorrente do mês t;

j_t = atualização monetária correspondente à expectativa atuarial (TR);

1,06 = 1 + a taxa anual efetiva de juros reais (expressa em decimal) correspondente à expectativa atuarial;

$\left[(1 + j_t) \cdot 1,06^{1/12} - 1 \right] \cdot RM_{t-1}^R$ = rentabilidade líquida correspondente à expectativa atuarial do mês t;

CN(%) = percentual de 22,99% correspondente à Contribuição Normal constante da avaliação atuarial de 31/12/98;

(F.S_t) = folha salarial dos participantes ativos do mês t;

CN(%) · (F.S_t) = contribuição normal esperada para o mês t;

DP_t = despesa previdenciária do mês t.

NOTA: RM_0^R = R\$ 257.573.643,00 é a Reserva Matemática Inicial, ou seja, é a Reserva Matemática reavaliada em 31/12/98.

5) Como a Reserva Recorrente projetada para 31/12/99 ficou bem próxima da Reserva Matemática avaliada em 31/12/99, praticamente toda a evolução ocorrida na Reserva Matemática de 31/12/98 para 31/12/99 encontra-se explicada.

6) A existência desse superávit técnico de R\$ 86.177.110,97, que supera o limite máximo de 25% das reservas matemáticas vigente para o registro de tal superávit como Reserva de Contingência, nos leva a recomendar que esse superávit técnico seja parcialmente utilizado, no exercício de 2000, para dar cobertura à adoção de novas tábuas de mortalidade e de entrada em invalidez, que incorporem as tendências dos padrões de mortalidade/invalidez projetadas para os anos futuros.

7) Os resultados líquidos obtidos nas aplicações financeiras ao longo de 1999, já deduzidas as provisões para o Imposto de Renda, demonstram uma rentabilidade líquida positiva de 33,17% calculada pelo método da Taxa Interna de Retorno - TIR, com base nos fluxos mensais de receitas e despesas, o que significou obter uma rentabilidade líquida superando assim a meta atuarial de 12,07% (equivalente a TR + 6% ao ano), fato que contribuiu decisivamente para a elevação do Superávit Técnico de R\$ 31.176.790,96 em 31/12/98 para R\$ 86.177.110,97 em 31/12/99. Merece destaque, o fato dessa rentabilidade ter sido obtida deduzindo a provisão líquida de R\$ 4.658.101,10 (na posição de 31/12/99) do Ativo Líquido da FIBRA, correspondente às LTE's de Alagoas vencidas em junho de 1999.

Se não fosse feita a retificação do Ativo Líquido decorrente da realização dessa provisão de R\$ 4.658.101,10, a rentabilidade líquida obtida ao longo de 1999 teria sido de 34,78% e não de 33,17%.

8) A decomposição do Passivo Atuarial e da Reserva Técnica nas suas principais grandezas, comparado com 1998, tem as seguintes aberturas:

Reservas	31/12/98	31/12/99	Varição
Reserva de Benefícios Concedidos	162.619.410,00	180.993.298,00	+ 11,30%
Reserva de Benefícios a Conceder	122.159.949,00	146.300.714,00	+ 19,76%
Reserva a Amortizar	(27.205.716,00)	(29.013.311,00)	+ 6,64%
Res. Matemáticas (Passivo Atuarial)	257.573.643,00	298.280.701,00	+ 15,80%
Superávit Técnico	31.176.790,96	86.177.110,97	+176,41%
Reservas Técnicas (Ativo Líquido)	288.750.433,96	384.457.811,97	+ 33,15%

NOTA: Deve-se destacar que, face ao acordo coletivo da ITAIPU ter concedido uma gratificação de férias de 100% no lugar dos 66% anteriormente concedidos, as Reservas Matemáticas de Benefícios a Conceder serão normalmente ajustadas, gradualmente, na medida em que forem decorrendo 36 meses da vigência do novo percentual de gratificação de férias.

9) A Reserva a Amortizar de R\$ 29.013.311,00, foi avaliada com base na taxa suplementar vigente de 2,32% aplicada sobre o valor atual de uma folha de salários ajustada conforme os parâmetros utilizados na presente avaliação atuarial, considerando um crescimento médio real de salário de 4,01% ao ano, uma taxa de desconto de 6% ao ano, e um prazo de amortização, aprovado pela SPC do MPAS quando do reconhecimento da FIBRA como Entidade Fechada de Previdência Privada, de 40 anos a contar de abril de 1988 (restam 339 meses a contar, inclusive, de janeiro de 2000).

10) À título de permitir uma melhor compreensão do que significa o equilíbrio financeiro-atuarial existente em 31/12/99 na FIBRA, destacamos que o fato das despesas previdenciárias ultrapassarem as receitas previdenciárias não afeta tal equilíbrio, sempre que os investimentos sejam tornados líquidos oportunamente, já que a Reserva de Benefícios Concedidos, de Benefícios a Conceder dos participantes ativos em Risco Iminente e a Reserva de Poupança dos participantes ativos em Risco Não Iminente já estão lastreadas pelo Ativo Líquido existente. Portanto, a preocupação para manter o equilíbrio financeiro-atuarial da FIBRA está diretamente ligada à percepção das contribuições nos níveis atuarialmente indicados, da obtenção de rentabilidades compatíveis com as expectativas atuariais, do pagamento das despesas previdenciárias em consonância com o Regulamento de Benefícios, de que as hipóteses atuariais se mostrem realistas e de que, conforme dissemos, os investimentos sejam tornados líquidos oportunamente.

11) Quanto aos valores registrados como Reserva Matemática de Benefícios Concedidos e a Conceder, como Reserva a Amortizar e como Superávit Técnico, atestamos que os mesmos, observada a adoção de um novo ajustamento para a evolução real de salário ao longo da carreira, destacada no item 1, foram avaliados em 31/12/99 por nossa Consultoria Atuarial Independente, com os mesmos parâmetros, hipóteses e metodologias atuariais utilizadas na avaliação atuarial do exercício de 1998, com base nos dados cadastrais fornecidos pela FIBRA e julgados consistentes por nossa Consultoria.

12) A Reserva Matemática, em 31/12/99, considerando uma hipotética retirada da Patrocinadora, de acordo com interpretação da Resolução CPC nº 06/88, feita dentro do princípio de "Benefícios com Direitos já Acumulados, avaliada retirando a projeção de crescimento real de salário e considerando o "turnover" nulo, alcançou o valor de R\$ 292.867.322,00 se não considerarmos a averbação do tempo de serviço prestados pelos participantes fundadores à Patrocinadora ITAIPU BINACIONAL, antes da entrada em funcionamento da FIBRA, como tempo de contribuição à essa Fundação e alcançou o valor de R\$ 307.513.908,00 se considerarmos a referida averbação. Tanto num quanto noutro caso, o Ativo Líquido existente, em 31/12/99, de R\$ 384.457.811,97, dava cobertura total aos referidos valores da Reserva Matemática.

13) Com relação ao item 12, é fundamental destacar que a retirada de uma patrocinadora de uma entidade fechada de previdência privada, no Brasil, apresenta questões que podem ultrapassar os aspectos quantitativos apresentados no referido item, devendo ser analisada previamente, com a maior profundidade, face aos desdobramentos que podem advir dessa retirada.

RIO DE JANEIRO, 19 de janeiro de 2000

JOSÉ ROBERTO MONTELLO
MIBAN nº 426

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da FUNDAÇÃO ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social, usando das atribuições que lhes conferem os Estatutos da Entidade, após exame do Balanço Patrimonial levantado em 31 de dezembro de 1999, e respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício e do Fluxo Financeiro, encerrados em 31 de dezembro de 1999, bem como as contas e atos da Diretoria Executiva, relativos ao exercício de 1999, e, embasados nos pareceres do Consultor Atuarial José Roberto Montello e dos Auditores Independentes Arthur Andersen S/C, são de opinião que as aludidas peças contábeis representam adequadamente a posição econômico-financeira da Fundação, merecendo a aprovação do Conselho de Curadores.

Curitiba, 15 de fevereiro de 2000

ELIAN JOSÉ DO NASCIMENTO
Presidente

ELIEZER FRYSZMAN
Conselheiro

HENRYK ISKOROSTENSKI NETO
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO DE CURADORES

O Conselho de Curadores da Fundação ITAIPU-BR de Previdência e Assistência Social - FIBRA, no uso de suas atribuições estatutárias, examinou o Relatório de Gestão e a prestação de contas constituída de: Balanço Patrimonial, da Demonstração do Resultado do Exercício e da Demonstração do Fluxo Financeiro, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 1999, devidamente acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes Arthur Andersen S/C, pelo Parecer Atuarial do Consultor José Roberto Montello e do Parecer do Conselho Fiscal, deliberando pela aprovação dos documentos mencionados no inciso II do Art. 20, dos Estatutos da FIBRA, relativos ao exercício de 1999.

Curitiba, 28 de fevereiro de 2000

Edson Neves Guimarães
Presidente

Alexandre Machado Fernandes Filho
Conselheiro

Ariel da Silveira
Conselheiro

Eugenia Hanchuck
Conselheira

João Alberto Correia da Silva
Conselheiro

Florcio Medeiros da Costa
Conselheiro

CAPA

A Fibra obteve o Certificado de Aprovação ISO 9002 para o seu processo de aplicações e investimentos financeiros, emitido pela BVQI do Brasil, escritório brasileiro da conceituada empresa Bureau Veritas Quality International, com sede em Londres, e reconhecido pelos organismos acreditadores National Accreditation of Certification Bodies (NACD) na Inglaterra, e Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO), no Brasil. Na auditoria final realizada em 6 e 7 de dezembro último no Núcleo de Aplicações e Investimentos da Fundação, os técnicos da BVQI consideraram os procedimentos praticados pela Fibra nas suas decisões de investimento compatíveis com os padrões de qualidade exigidos pela ISO 9002.

Com essa conquista, a Fundação Itaipu-BR é o primeiro fundo de pensão do Paraná e um dos primeiros do Brasil a receber estes certificados de qualidade.



DIRETORIA EXECUTIVA

Rubens Ghilardi

Diretor Superintendente

Sílvio Renato Rangel Silveira

Diretor Adm. e Financeiro

Homero Barros de Andrade

Diretor de Seguridade

CONSELHO DE CURADORES

Edson Neves Guimarães

Ariel da Silveira

Alexandre M. Fernandes Filho

Eugenia Hanchuck

João Alberto Correia da Silva

Flórcio Medeiros da Costa

(Eleito pelos participantes ativos)

Alceu Luis Zanellato

(Representante dos aposentados)

SUPLENTES

Carlos Guilherme Busch

João Carlos Azevedo Braga

Mário Gubert Filho

Marcos Antônio Prado Léfevre

João Emílio C. S. de Mendonça

CONSELHO FISCAL

Elian José do Nascimento

Elio Francisco Bertoli

Henryk Iskorostenski Neto

SUPLENTES

João Ramalho Matta Neto

Marco Cesar Castella

Eliezer Fryszman



Constituição - 26/02/1988

Início das atividades - 01/04/1988

Reconhecida em 30/11/1988

pela Portaria nº 4367/MPAS

Rua Marechal Deodoro, 630

(CCI) - 24º andar

CEP - 80.010-912

Curitiba-Paraná-Brasil

Telefone: (0xx41) 321-4315

Fax: (0xx41) 223-3628

Ligação gratuita 0800 41 44 04

Home page: www.itaipu.gov.br/fibra

E-mail: fibra@itaipu.gov.br

Escritório em Foz do Iguaçu:

Centro Executivo da Itaipu

Telefone: (0xx45) 520-5026